

# ÍNDICE GERAL

Prefácio da 9ª edição	9
Abreviaturas	11
Nota avulsa – a codificação laboral	15
<b>PARTE I. DIREITO DO TRABALHO</b>	<b>21</b>
CAPÍTULO I. As fontes de direito do trabalho	21
1. Noção de fonte em sentido jurídico	21
2. Fontes internas <i>jus</i> laborais	21
3. Relações entre fontes de regulação	23
CAPÍTULO II. Relação jurídico-laboral privada	25
1. Relação jurídico-laboral	25
2. Definição de contrato de trabalho	26
3. Características do contrato de trabalho	28
3.1. Consensualismo ou a liberdade da forma	28
3.2. Onerosidade	29
3.3. Sinalagmaticidade atípica do contrato de trabalho	29
3.4. Natureza duradoura de execução continuada	30
3.5. <i>Intuitu personae</i>	32
3.6. Caráter nominado	32
3.7. Natureza não real	34
3.8. Puro ou simples	34
4. Presunção da laboralidade	35
5. Contrato de trabalho como contrato de adesão	37
5.1. Contratos de adesão	37
5.2. Limitação aos contratos de adesão imposta pelo regime jurídico das cláusulas contratuais gerais	39
5.3. Contrato de trabalho como contrato de adesão	40
CAPÍTULO III. Contratação individual	43
1. Contrato de duração indeterminada ou sem termo	43
2. Precariedade laboral ou contratos com pouca esperança de vida	43
2.1. Contratos de trabalho a termo	43
2.1.1. Definição de contrato de trabalho a termo	43
2.1.2. Admissibilidade, motivação e justificação	44

2.1.3. Omissão dos requisitos formais e substanciais do contrato a termo	46
2.1.4. Conversão do contrato sem termo em contrato a termo	47
2.1.5. Sucessão de contrato de trabalho a termo	47
2.2. Contrato de trabalho a termo certo	49
2.2.1. Admissibilidade	49
2.2.2. Duração	51
2.2.3. Renovação contratual	52
2.2.4. Caducidade contratual	54
2.3. Contrato de trabalho a termo incerto	55
2.3.1. Admissibilidade	55
2.3.2. Caducidade contratual	55
3. Contrato de trabalho parcial	56
3.1. Noção	56
3.2. Regime de preferências	59
3.3. Forma e formalidades	61
3.4. Retribuição	62
3.5. Passagem a tempo completo	63
3.6. Deveres do empregador	65
4. Contrato de trabalho intermitente	66
4.1. Noção	66
4.2. Forma e formalidades	67
4.3. Duração	67
4.4. Retribuição	67
5. Contrato em comissão de serviço	68
5.1. Noção	68
5.2. Objetivos	69
5.3. Forma e formalidades	71
5.4. Cessação da comissão de serviço	72
5.5. Efeitos da cessação da comissão de serviço	73
6. Contrato de teletrabalho	75
6.1. Noção	75
6.2. Regime jurídico	75
6.3. Duração do contrato de trabalhador interno	77
6.4. Instrumentos de trabalho	77
6.5. Privacidade do trabalhador	78
7. Contrato de trabalho temporário	79
7.1. Enquadramento	79
7.2. Noções	79

7.3. Disposições gerais	80
7.4. Contrato de utilização de trabalho temporário	81
7.4.1. Admissibilidade	81
7.4.2. Forma e conteúdo	82
7.4.3. Duração	83
7.4.4. Proibição de contratos sucessivos	83
7.5. Contrato de trabalho temporário	83
7.5.1. Admissibilidade	83
7.5.2. Forma e conteúdo	84
7.5.3. Duração	84
7.6. Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	85
8. Período experimental	86
8.1. Natureza	86
8.2. Exclusão e redução	88
8.3. Duração	89
CAPÍTULO IV. Regime jurídico dos feriados, férias e faltas	93
1. Feriados	93
1.1. Feriados obrigatórios	93
1.2. Feriados facultativos	94
2. Férias	94
2.1. Direito	94
2.2. Aquisição, vencimento e gozo	95
2.3. Regime especial no ano de admissão	96
2.4. Marcação, interrupção, adiamento e suspensão	100
2.5. Retribuição das férias	102
2.6. Suspensão do contrato por impedimento prolongado e a sua repercussão no direito a férias	103
2.7. Cessação do contrato de trabalho e sua repercussão no direito a férias	104
2.7.1. Regime geral de cessação	104
2.7.2. Regime especial de cessação	104
3. Faltas	105
3.1. Noção	105
3.2. Tipologia legal das faltas justificadas	106
3.3. Comunicação e prova	111
3.4. Efeitos das faltas justificadas	113
3.5. Efeitos das faltas injustificadas	113

CAPÍTULO V. Tempo de trabalho	115
1. Horário de trabalho	115
1.1. Considerações gerais	115
1.2. Alteração do horário de trabalho	116
2. Limites da duração do período normal de trabalho	117
2.1. Limites máximos do período normal de trabalho	117
2.2. Adaptabilidade do horário de trabalho	118
2.2.1. Adaptabilidade por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	118
2.2.2. Adaptabilidade individual	119
2.2.3. Adaptabilidade grupal	120
2.3. Banco de horas	122
2.3.1. Nota prévia	122
2.3.2. Banco de horas por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho	123
2.3.3. Banco de horas individual	123
2.3.4. Banco de horas grupal	123
2.4. Horário concentrado	126
2.5. Isenção de horário de trabalho	127
2.6. Trabalho por turnos	127
2.7. Trabalho noturno	128
2.8. Trabalho suplementar	129
CAPÍTULO VI. Retribuição	133
1. Noção	133
2. Prestações excluídas no conceito de retribuição	134
3. Prestações incluídas no conceito de retribuição	136
4. Prestações retributivas complementares em espécie	137
4.1. Atribuição de veículo automóvel	137
4.2. Cartão de crédito	138
4.3. Seguros de vida	138
5. Prestações complementares em dinheiro	138
5.1. Subsídio de férias	138
5.2. Subsídio de Natal	140
5.3. Retribuição por isenção de horário de trabalho	140
5.4. Pagamento de trabalho noturno	141
5.5. Pagamento de trabalho suplementar	141
5.6. Prestações relativas a dia feriado	141

6. A igualdade de tratamento em matéria salarial	141
7. Tempo do cumprimento	142
8. Princípios fundamentais da retribuição	142
8.1. Princípio da irredutibilidade da retribuição	142
8.2. Princípio da inadmissibilidade da compensação integral	143
8.3. Princípio da impenhorabilidade parcial	143
8.4. Princípio da irrenunciabilidade da retribuição	143
8.5. Princípio da imprescritibilidade dos créditos salariais na vigência do contrato de trabalho	143
8.6. Princípio da continuidade	144
9. Caráter alimentício da retribuição	144
10. Os créditos salariais como créditos privilegiados	145
11. Fundo de garantia salarial	145
CAPÍTULO VII. Atividade do trabalhador	147
1. Noção e delimitação jurídica	147
2. Mudança para categoria inferior	149
3. Mobilidade funcional	151
CAPÍTULO VIII. Local de trabalho	155
1. Nota prévia	155
2. Transferência do trabalhador	155
2.1. Transferência definitiva	156
2.2. Transferência temporária	159
2.3. Transferência a pedido do trabalhador vítima de violência doméstica	159
CAPÍTULO IX. Transmissão de empresa ou estabelecimento	161
1. Requisitos da transmissão	161
2. Direito de oposição do trabalhador	162
CAPÍTULO X. Redução da atividade e suspensão de contrato de trabalho	165
1. Regime geral da redução ou suspensão	165
2. Suspensão de contrato de trabalho por facto respeitante a trabalhador	166
3. Redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador	167
4. Encerramento e diminuição temporários de atividade	168
CAPÍTULO XI. Cessação do contrato de trabalho	171

1. Considerações preliminares	171
2. Caducidade	171
2.1. Causas de caducidade	171
2.2. Morte de empregador, extinção de pessoa coletiva ou encerramento de empresa	173
2.3. Insolvência e recuperação de empresa	174
3. Revogação	175
3.1. Considerações preliminares	175
3.2. Cessação do acordo de revogação	177
3.3. A revogação como <i>despedimento negociado</i> e o direito a subsídio de desemprego	178
4. O despedimento individual subjetivo (despedimento por facto imputável ao trabalhador)	180
4.1. O conceito de justa causa	180
4.2. Deveres do trabalhador	181
4.3. A violação dos deveres contratuais ou legais	184
4.4. Prazos prescricionais da infração disciplinar e prazo de caducidade do procedimento disciplinar	186
4.5. Procedimento de despedimento por facto imputável ao trabalhador	188
4.5.1. Nota prévia	188
4.5.2. Nota de culpa	188
4.5.3. Direito de resposta do trabalhador	189
4.5.4. Instrução	190
4.5.5. Decisão de despedimento	191
4.6. O procedimento disciplinar nas microempresas	192
4.7. A suspensão judicial do despedimento	193
4.8. Ilicitude do despedimento	193
4.9. Créditos salariais emergentes de despedimento ilícito	194
4.9.1. Regime geral	194
4.9.2. Regimes especiais	196
4.9.3. Oposição à reintegração	197
4.10. Prazo de impugnação do despedimento	198
4.11. Cessação do contrato de trabalho a termo	199
5. Os despedimentos por causa objetiva	199
5.1. Despedimento coletivo	199
5.1.1. Noção	199
5.1.2. Procedimento	200
5.1.3. Direitos do trabalhador	203

5.1.4. Ilicitude do despedimento	207
5.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	208
5.2.1. Noção	208
5.2.2. Requisitos	208
5.2.3. Critérios de determinação do posto de trabalho a extinguir	209
5.2.4. Procedimento	210
5.2.5. Direitos do trabalhador	211
5.2.6. Ilicitude do despedimento	211
5.3. Despedimento por inadaptação	213
5.3.1. Noção	213
5.3.2. Tipos de inadaptação	213
5.3.3. Requisitos	213
5.3.4. Procedimento	215
5.3.5. Direitos do trabalhador	217
5.3.6. Ilicitude do despedimento	217
6. Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador	218
6.1. Considerações preliminares	218
6.2. Procedimento	221
6.3. Revogação da resolução	222
6.4. O limite indemnizatório na resolução contratual	223
6.5. Impugnação da resolução	224
7. Denúncia	225
CAPÍTULO XII. Direitos de personalidade do trabalhador	227
1. Considerações prévias	227
2. Liberdade de expressão e de opinião	227
3. Integridade física e moral	228
4. Assédio	229
4.1. Considerações gerais	229
4.2. Estratégia e forma de assédio	231
4.3. Comportamento instantâneo ou duradouro	232
4.4. Assédio como doença profissional	232
4.5. Motivação para resolução contratual com justa causa subjetiva	233
4.6. Direito à reserva da intimidade da vida privada	233
5. Proteção de dados pessoais	234
6. Testes de despistagem de consumo de álcool ou droga	238
7. Dados biométricos	239
8. Meios de vigilância à distância	240

9. Confidencialidade de mensagens e de acesso a informação	242
CAPÍTULO XIII. Igualdade e não discriminação	245
CAPÍTULO XIV. Direito comunitário do trabalho	249
1. As fontes de direito comunitário derivado	249
2. Princípios fundamentais do direito comunitário	250
2.1. Princípio do primado (ou princípio da primazia comunitária ou princípio da preferência comunitária)	250
2.2. Princípio da solidariedade ou da cooperação	250
2.3. Princípio do adquirido comunitário ou do acervo comunitário	250
2.4. Princípio da aplicabilidade direta	251
2.5. Princípio do efeito direto	251
2.6. Princípio da uniformidade	253
2.7. Princípio da interpretação conforme ou princípio do efeito indireto	253
2.8. Princípio da responsabilização estatal	253
3. O direito comunitário do trabalho	254
3.1. Considerações gerais	254
3.2. A Carta Social Europeia	255
3.3. Carta comunitária dos direitos sociais fundamentais dos trabalhadores	256
3.4. Carta dos direitos fundamentais da união europeia	256
4. Liberdade de circulação de trabalhadores comunitários na comunidade	257
4.1. A diretiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2004 relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da união e dos membros das suas famílias no território dos estados membros	257
4.1.1. Nota prévia	257
4.1.2. Âmbito de aplicação pessoal da diretiva	257
4.1.3. Âmbito de aplicação material da diretiva	258
4.1.4. Livre regime de entrada e saída	258
4.1.5. Direito de residência não permanente	259
4.1.6. Direito de residência permanente	261
4.1.7. Restrições ao direito de entrada e ao direito de residência por razões de ordem pública, de segurança pública ou de saúde pública	261
4.1.8. A reserva de ordem pública e da segurança pública	262
4.1.9. A reserva de saúde pública	263
4.1.10. Proteção contra o afastamento	263



4.1.11. Conceito de trabalhador comunitário	264
4.2. O regulamento (UE) nº 492/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de abril relativo à livre circulação dos trabalhadores na união	265
4.2.1. Supressão da carta de trabalho	265
4.2.2. Preferência comunitária	266
4.2.3. Recrutamento direto	266
4.2.4. As limitações linguísticas	267
4.2.5. A igualdade de condições de trabalho e de regalias sociais	267
4.2.6. Vantagens sociais	267
4.2.7. Exercício de direitos sindicais	267
CAPÍTULO XV. Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	269
1. Considerações prévias	269
2. Entrada no território nacional	269
3. Recusa de entrada	273
4. Residência em território nacional	273
4.1. Autorização de residência temporária e permanente	273
4.2. Autorização de residência para exercício de atividade profissional	274
4.3. Autorização de residência para reagrupamento familiar	276
5. Afastamento do território nacional	277
6. Expulsão determinada por autoridade administrativa	278
7. Expulsão judicial	279
7.1. Pena acessória de expulsão	279
7.2. Medida autónoma de expulsão judicial	279
<b>PARTE II. PROCESSO DO TRABALHO</b>	281
CAPÍTULO I. A jurisdição laboral	281
CAPÍTULO II. Os princípios do direito processual laboral	287
1. Nota prévia	287
2. Princípio da justiça célere	287
3. Princípio da justiça pacificadora	288
4. Princípio da justiça completa	288
CAPÍTULO III. Os princípios comuns ao direito processual civil	289
1. Princípio da justiça	289
2. Direito de acesso à justiça	289

3. Princípio do inquisitório	289
4. Princípio da igualdade das partes	289
5. Princípio do prazo razoável	289
6. Princípio da publicidade	290
7. Princípio da livre apreciação da prova	290
8. Princípio da fundamentação	290
9. Princípio da adequação formal	290
10. Princípio da imparcialidade do tribunal	290
11. Princípio do contraditório	291
12. Princípio da boa fé	291
13. Princípio da cooperação	291
14. Princípio da aquisição processual	291
15. Princípio da celeridade	291
16. Princípio da continuidade da audiência	292
17. Princípio da imediação	292
 CAPÍTULO IV. A conciliação	 293
 CAPÍTULO V. A mediação laboral	 295
1. Considerações gerais	295
2. Princípios	296
2.1. Princípio da voluntariedade	296
2.2. Princípio da confidencialidade	296
2.3. Princípio da igualdade	296
2.4. Princípio da imparcialidade	296
2.5. Princípio da independência	296
2.6. Princípio da responsabilidade	297
2.7. Princípio da executoriedade	297
3. Remessa para mediação	297
4. Mediadores	298
5. Competência	298
 CAPÍTULO VI. A condenação <i>extra vel ultra petitem</i>	 301
 CAPÍTULO VII. Os pressupostos processuais	 303
1. Capacidade judiciária	303
1.1. Nota prévia	303
1.2. Capacidade judiciária dos menores	303

1.3. Capacidade judiciária das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores	304
2. Legitimidade	305
2.1. Nota prévia	305
2.2. Legitimidade processual das estruturas de representação coletiva dos trabalhadores e de associações de empregadores	305
2.2.1. Legitimidade das associações sindicais	306
2.2.2. Legitimidade das comissões de trabalhadores	308
2.3. Litisconsórcio	308
3. Competência	310
3.1. Competência internacional	310
3.1.1. Diplomas internacionais e comunitários	310
3.1.2. As normas internas	311
3.1.3. Os pactos de jurisdição	312
3.1.4. A violação das regras da competência internacional	312
3.2. Competência interna	313
3.2.1. Competência em razão da hierarquia	313
3.2.2. Competência territorial	313
3.2.3. Competência material	316
3.2.4. Pactos de desaforamento	320
CAPÍTULO VIII. Os procedimentos cautelares laborais	323
1. Procedimento cautelar comum	323
2. Procedimentos cautelares especificados (em especial o de suspensão do despedimento)	324
2.1. Nota prévia	324
2.2. Suspensão de despedimento (arts. 33º-A a 40º-A, do CPT)	324
2.2.1. Nota prévia	324
2.2.2. Prova	324
2.2.3. Audiência final	325
2.2.4. Falta de comparência	325
2.2.5. Falta de apresentação do procedimento disciplinar ou dos documentos comprovativos das formalidades exigidas	326
2.2.6. Decisão final	326
2.2.7. Recursos	327
2.3. Caducidade da providência	328
3. Os procedimentos cautelares especificados do CPC aplicáveis no foro laboral	328

4. A inversão do contencioso	329
CAPÍTULO IX. Espécies e formas de processo	333
1. Processo declarativo e executivo	333
2. Processo comum e especial	333
CAPÍTULO X. A tramitação do processo declarativo comum	335
1. Petição inicial	335
1.1. Estrutura	335
1.2. Requisitos	335
1.3. Modo de apresentação	336
1.4. Recusa da petição inicial pela secretaria	337
1.5. Despacho liminar	338
2. Audiência de partes	339
3. Contestação	342
3.1. Modalidades de defesa	342
3.2. Prazo	343
3.3. Ônus de impugnação e revelia	343
3.4. Elementos e instrução	344
3.5. Notificação da contestação ao autor	345
3.6. Reconvenção ou pedido reconvenicional	346
4. Resposta	347
4.1. Admissibilidade	347
4.2. Prazos	348
4.3. Ônus de impugnação	348
5. Articulados supervenientes	349
5.1. Admissibilidade	349
5.2. Momento de apresentação	350
5.3. Modo de apresentação	350
5.4. Despacho liminar	350
5.5. Resposta	350
6. Saneamento	351
7. Audiência prévia	352
7.1. Admissibilidade	352
7.2. Prazo	352
7.3. Finalidades	352
7.4. Falta de comparência	353
8. Despacho saneador	354

9. Instrução	354
9.1. Nota prévia	354
9.2. Prova	354
9.2.1. Prova documental	355
9.2.2. Depoimento de parte	355
9.2.3. Declarações de parte	355
9.2.4. Prova pericial	356
9.2.5. Inspeção	356
9.2.6. Prova testemunhal	356
10. Audiência final	358
10.1. Tramitação prévia à produção da prova	358
10.2. Produção da prova e ampliação dos temas da prova	359
10.3. Discussão	359
10.4. Decisão final	360
10.5. Falta de comparência	360
10.6. Motivos de adiamento	361
11. Sentença	361
11.1. Noção	361
11.2. Formalidades	361
11.3. Prazo	362
11.4. Causas de nulidade	363
11.5. Esclarecimento ou reforma da sentença	363
11.6. Notificação	364
11.7. Caso julgado	364
CAPÍTULO XI. A ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento	365
1. Considerações prévias	365
1.1. Âmbito	365
1.2. Erro na forma do processo	366
1.3. Constituição de advogado	366
1.4. Tribunal competente	367
1.5. Valor da causa	367
1.6. Custas	367
2. Formulário	368
2.1. Formulário e respetivo preenchimento	368
2.2. Recusa pela secretaria	369
3. Audiência de partes	370

3.1. Tramitação	370
3.2. Falta do trabalhador	370
3.3. Falta do empregador	371
3.4. Falta de ambas as partes	373
4. Articulado do empregador e contestação do trabalhador	373
4.1. Articulado do empregador	373
4.2. O articulado do trabalhador (contestação)	375
4.3. Resposta	376
5. Termos posteriores aos articulados	377
5.1. Exceção	377
5.2. Apreciação de vícios formais/pronúncia sobre os fundamentos	377
6. Pagamento de retribuições intercalares pelo Estado	378
6.1. Aspetos gerais	378
6.2. Períodos não incluídos no prazo de 12 meses	379
6.3. Deduções	379
CAPÍTULO XII. Processo especial emergente de acidente de trabalho e de doença profissional	381
1. Fase conciliatória	381
2. Fase contenciosa	382
2.1. Início	382
2.2. Desdobramento do processo	382
2.3. Petição inicial e requerimento de junta médica	382
2.4. Junta médica	383
2.5. Valor da causa	384
2.6. Pensão ou indemnização provisória	384
2.6.1. Pensão ou indemnização provisória em caso de acordo	384
2.6.2. Pensão ou indemnização provisória em caso de falta de acordo	385
2.6.3. Irrecorribilidade e imediata exequibilidade da decisão	385
2.7. Citação	385
2.8. Contestação	385
2.9. Despacho saneador	386
2.10. Tramitação subsequente	386
3. Reforma do pedido em caso de falecimento do autor	387
4. Revisão da incapacidade ou da pensão	388
4.1. Revisão da incapacidade em juízo	388
4.2. Discussão da responsabilidade do agravamento	389

4.3. Revisão da pensão dos beneficiários legais	390
5. Remição de pensões e respetivo cálculo	390
5.1. Considerações gerais	390
5.2. Remição facultativa	391
5.3. Remição obrigatória	391
5.4. Entrega do capital	392
CAPÍTULO XIII. Processo de impugnação de despedimento coletivo	393
1. Nota prévia	393
2. Articulados	393
3. Assessoria técnica e audiência prévia	395
4. Audiência prévia e audiência final	396
CAPÍTULO XIV. A ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho	399
1. Considerações gerais	399
2. Início da instância	400
3. Petição inicial e contestação	401
4. Termos posteriores aos articulados	401
5. Julgamento	402
6. Sentença	402
7. Recurso	403
8. Valor da causa	403
9. Prazos do Código do Trabalho	403
10. Procedimento cautelar de suspensão de despedimento	404
CAPÍTULO XV. Recursos	405
1. Noção	405
2. Espécies ou modalidades	405
2.1. Os recursos ordinários	405
2.1.1. O recurso de apelação	405
2.1.2. O recurso de revista	405
2.2. Os recursos extraordinários	406
2.2.1. O recurso para uniformização de jurisprudência	406
2.2.2. O recurso de revisão	406
3. Legitimidade	406
4. Prazos	407

5. Modo de interposição	408
6. Decisões que admitem sempre recurso	409
7. Recurso de apelação	410
8. Efeitos, subida e julgamento dos recursos	411
8.1. Subida	411
8.2. Efeitos	412
8.3. Julgamento	413
CAPÍTULO XVI. Execução	415
1. Considerações gerais	415
2. Títulos executivos	415
3. Espécies de execuções, consoante o seu fim	416
4. Tramitação	416
4.1. Nota prévia	416
4.2. A tramitação própria (ou a falta dela)	417
5. Execução de direitos irrenunciáveis	417
<b>PARTE III. RESPONSABILIDADE PENAL E RESPONSABILIDADE CONTRAORDENACIONAL</b>	419
CAPÍTULO I. Responsabilidade penal	419
1. Considerações preliminares	419
2. Alguns princípios do direito penal	420
2.1. Princípio da legalidade	420
2.2. Princípio da não retroatividade da lei penal	420
2.3. Princípio da proibição da analogia	420
2.4. Princípio da aplicação da lei (ou do regime) mais favorável	421
3. Sujeitos dos crimes laborais	421
4. Alguns exemplos de tipos de crime direta ou indiretamente conectados ou conectáveis com o direito do trabalho	421
4.1. No Código Penal	421
4.2. No Código do Trabalho	422
CAPÍTULO II. Responsabilidade contraordenacional	423
1. Considerações preliminares	423
2. Princípios	423
2.1. Princípio da legalidade	423
2.2. Princípio da não retroatividade da lei	424
2.3. Princípio da aplicação da lei (ou do regime) mais favorável	424



3. Sujeitos	424
4. Sanções e coimas	425
<b>PARTE IV. MINUTAS</b>	429
<b>CAPÍTULO I. Contratos de trabalho</b>	429
– Contrato sem termo	429
– Contrato a termo certo	434
– Acordo de renovação de contrato a termo certo	439
– Contrato a termo incerto	442
– Contrato de trabalho com pluralidade de empregadores	446
– Contrato de cedência ocasional de trabalhador	450
– Contrato de trabalho temporário	452
– Contrato de trabalho doméstico	456
– Contrato de trabalho com estrangeiro	458
– Contrato de trabalho em comissão de serviço	463
<b>CAPÍTULO II. Caducidade e denúncia</b>	467
– Declaração de denúncia durante o período experimental	467
– Comunicação de caducidade do contrato de trabalho a termo certo, por parte do empregador	468
– Comunicação de caducidade de contrato de trabalho a termo certo, por parte do trabalhador	469
– Comunicação de caducidade de contrato de trabalho a termo incerto, por parte do empregador	470
– Declaração de denúncia de contrato de trabalho sem termo por parte do trabalhador	471
– Declaração de cessação de contrato de trabalho pelo empregador em virtude de abandono do trabalho	472
<b>CAPÍTULO III. Revogação</b>	473
– Acordo de revogação de contrato de trabalho	473
– Declaração de cessação do acordo revogatório de contrato de trabalho	476
<b>CAPÍTULO IV. Suspensão</b>	477
1. Suspensão do contrato de trabalho com base no não pagamento pontual da retribuição	477
– Comunicação ao empregador	477
2. Suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador	478

– Comunicação de intenção de suspensão do contrato de trabalho	478
– Ata de reunião de negociação	481
– Comunicação de intenção de suspensão do contrato de trabalho	483
– Informações a prestar ao trabalhador	484
– Comunicação à comissão de trabalhadores	485
– Comunicação à Segurança Social	486
– Relação de trabalhadores e medidas individualmente adotadas, com indicação das datas de início e termo da aplicação	487
 CAPÍTULO V. Resolução	 489
1. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento não culposo do empregador (transferência para outro local de trabalho)	489
– Carta de resolução	489
2. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento não culposo do empregador (necessidade de cumprimento de obrigações legais incompatíveis com a continuação ao serviço)	491
– Carta de resolução	491
3. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador (falta culposa do pagamento pontual da retribuição)	492
– Carta de resolução	492
4. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador (condições de segurança e saúde no trabalho)	493
– Carta de resolução	493
5. Resolução do contrato de trabalho com fundamento em comportamento culposo do empregador	495
5.1. Declaração	495
– Declaração	495
5.2. Impugnação judicial da resolução	497
– Petição inicial	497
– Contestação	503
 CAPÍTULO VI. Despedimentos	 511
1. Despedimento por facto imputável ao trabalhador	511
– Auto de ocorrência	511
– Termo de abertura	512
– Carta de notificação de testemunhas	513
– Auto de declaração de convocação pessoal de testemunhas	514
– Auto de inquirição de testemunhas	515

– Auto de inquirição de testemunhas	516
– Auto de inquirição de testemunhas	517
– Relatório preliminar	518
– Nota de culpa	520
– Carta de notificação da nota de culpa com a respetiva intenção de despedimento	522
– Carta de remessa de cópia da comunicação da intenção de despedimento e da nota de culpa à comissão de trabalhadores	523
– Termo de entrega da comunicação de despedimento e da nota de culpa	524
– Carta a enviar resposta à nota de culpa	525
– Resposta à nota de culpa	526
– Carta de notificação do trabalhador da data e local designados para inquirição das testemunhas por si arroladas	528
– Carta do trabalhador a solicitar nova data para inquirição de testemunha por si arrolada	529
– Auto de inquirição de testemunhas	530
– Carta de apresentação de cópia integral do procedimento disciplinar à comissão de trabalhadores	531
– Decisão de despedimento	532
– Carta de comunicação da decisão ao trabalhador	536
– Carta de remessa de cópia da decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	537
2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	538
– Comunicação à comissão de trabalhadores da necessidade de extinguir o posto de trabalho e de despedir o trabalhador envolvido	538
– Carta a comunicar ao trabalhador envolvido a necessidade de extinguir o posto de trabalho e de proceder ao seu despedimento	540
– Carta a enviar parecer fundamentado do trabalhador	542
– Parecer do trabalhador	543
– Decisão	544
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	546
– Carta a enviar cópia de decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	547
– Carta a enviar cópia de decisão de despedimento à Autoridade para as Condições de Trabalho	548
3. Despedimento por inadaptação	549
– Carta a comunicar ao trabalhador abrangido a intenção de proceder ao despedimento	549

– Carta a comunicar à comissão de trabalhadores a intenção de proceder ao despedimento	552
– Parecer do trabalhador	555
– Decisão	557
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	559
– Carta a comunicar a decisão de despedimento à comissão de trabalhadores	560
– Carta a comunicar a decisão de despedimento à Autoridade para as Condições de Trabalho	561
4. Despedimento coletivo	562
– Comunicação à comissão de trabalhadores da intenção de proceder a despedimento coletivo e convocação para reunião de negociação	562
– Carta de envio de cópia de comunicação da intenção de proceder a despedimento coletivo	569
– Ata de reunião de negociação	570
– Carta a comunicar a decisão de despedimento ao trabalhador	571
– Carta de envio de ata das reuniões de negociação e relação dos trabalhadores	576
– Carta de envio de relação à comissão de trabalhadores	577
 CAPÍTULO VII. Ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento	 579
– Articulado do empregador	579
– Contestação	584
 CAPÍTULO VIII. Processo de insolvência	 589
– Petição inicial de ação de insolvência	589
– Reclamação de créditos	592
 CAPÍTULO IX. Ação declarativa comum	 594
– Petição inicial	594
– Contestação	599
 Bibliografia	 603
Índice Geral	609